

QUESTÕES SOCIOLOGICAS E EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL ATUAL: ENTRE DESAFIOS E ALTERNATIVAS

SOCIOLOGICAL ISSUES AND PUBLIC EDUCATION IN CONTEMPORARY BRAZIL: CHALLENGES AND ALTERNATIVES

Aline Raquel Richter – Faculdade IBRA

Cristiane Turcato da Costa – Faculdade IBRA

Nelson Davi Damke – Faculdade IBRA

Adriana Cardoso – Faculdade IBRA

Rosiara Dutra Maciel – Faculdade IBRA

RESUMO

Este trabalho analisa as questões sociológicas que influenciam a educação pública no Brasil, com foco nas desigualdades sociais, no racismo estrutural e nas políticas alternativas para promover inclusão e equidade. Por meio de uma revisão bibliográfica, o estudo aborda o desenvolvimento histórico da educação pública, destacando como o sistema educacional reflete e reforça as desigualdades estruturais. Fatores como exclusão econômica, segregação espacial e disparidades raciais limitam o acesso à educação de qualidade, impactando especialmente as populações negras e vulneráveis. A pesquisa evidenciou que o racismo estrutural se manifesta nas práticas escolares e nos currículos, que historicamente negligenciaram a representatividade cultural afro-brasileira. Políticas afirmativas, como cotas raciais e o ProUni, têm contribuído para reduzir essas desigualdades, mas desafios como a implementação plena da Lei 10.639/03 e a capacitação docente permanecem. Iniciativas internacionais, como os modelos educacionais nórdicos, reforçam a importância de integrar equidade e qualidade no planejamento educacional. O estudo conclui que a transformação do sistema educacional brasileiro requer o fortalecimento de políticas públicas inclusivas, que enfrentem as barreiras estruturais e promovam a justiça social. Sugere-se um investimento contínuo na formação docente, infraestrutura e integração de práticas inovadoras. Este trabalho contribui para o debate acadêmico ao propor caminhos para a construção de uma educação pública que seja efetivamente inclusiva e promotora de equidade.

Palavras-chave: Educação pública. Desigualdade social. Racismo estrutural. Políticas afirmativas. Equidade educacional.

ABSTRACT

This study analyzes the sociological issues influencing public education in Brazil, focusing on social inequalities, structural racism, and alternative policies to promote inclusion and equity. Through a bibliographic review, the research examines the historical development of public education, highlighting how the educational system reflects and reinforces structural inequalities. Factors such as economic exclusion, spatial segregation, and racial disparities limit access to quality education, disproportionately affecting Black and vulnerable populations.

The study revealed that structural racism manifests in school practices and curricula, which have historically neglected Afro-Brazilian cultural representation. Affirmative policies, such as racial quotas and the ProUni program, have contributed to reducing these inequalities, although challenges like the full implementation of Law 10.639/03 and teacher training persist. International initiatives, such as Nordic educational models, underscore the importance of integrating equity and quality in educational planning. The study concludes that transforming Brazil's educational system requires strengthening inclusive public policies that address structural barriers and promote social justice. Continuous investment in teacher training, infrastructure, and the integration of innovative practices is recommended. This work contributes to the academic debate by proposing pathways for building a public education system that is effectively inclusive and fosters equity.

1

Keywords: Public education. Social inequality. Structural racism. Affirmative policies. Educational equity.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equi-

tativa e democrática. No Brasil, a história do sistema educacional reflete as complexas relações entre política, economia e cultura, evidenciando desafios estruturais que afetam a qualidade e a universalização do ensino. Este trabalho busca analisar as questões sociológicas que influenciam a educação pública no país, com enfoque em desigualdades sociais, racismo estrutural e as políticas alternativas voltadas para a promoção da equidade e inclusão educacional.

A escolha deste tema se justifica pela relevância de compreender as interseções entre os desafios históricos e contemporâneos enfrentados pela educação pública no Brasil. Além de ser um direito fundamental garantido pela Constituição de 1988, a educação é um instrumento essencial para a redução das desigualdades sociais, a promoção da cidadania e o fortalecimento das instituições democráticas. Contudo, barreiras estruturais, como a exclusão econômica e o racismo, continuam a dificultar o pleno acesso à educação de qualidade, especialmente para as populações mais vulneráveis.

O problema de pesquisa que orienta este estudo é: como as questões sociológicas, como desigualdade social e racismo estrutural, impactam o sistema de educação pública no Brasil, e quais alternativas podem contribuir para superar suas limitações? O objetivo geral é compreender as dinâmicas que moldam a educação pública brasileira e identificar caminhos para a transformação do sistema. Os objetivos específicos incluem: analisar o desenvolvimento histórico da educação pública, explorar o impacto das desigualdades sociais e raciais e discutir políticas alternativas que promovam inclusão e qualidade.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores como Florestan Fernandes, Paulo Freire e Abdias do Nascimento, além de relatórios institucionais e dados empíricos. A estrutura do trabalho está organizada em capítulos que tratam do histórico da educação pública no Brasil, da influência das desigualdades sociais e raciais e das políticas alternativas. Espera-se que este estudo contribua para o debate acadêmico e político, oferecendo reflexões e propostas para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e eficiente.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A história da educação pública no Brasil é marcada por desigualdades e exclusões que refletem a formação social e econômica do país. Desde o período colonial, as práticas educacionais foram moldadas por interesses das elites dominantes, voltadas para a manutenção de privilégios e do controle social, em detrimento de um acesso amplo e universal à educação. Compreender essa trajetória é essencial para analisar os desafios e as limitações estruturais do sistema educacional atual.

No período colonial, a educação no Brasil era predominantemente religiosa, controlada pelos jesuítas, que estabeleceram escolas voltadas para a catequese e a formação de elites administrativas. Segundo Holanda (1994), “a educação no Brasil colônia era elitista e excludente, restrita a poucos e voltada para a perpetuação dos interesses coloniais. Não havia qualquer preocupação em alfabetizar ou educar as massas, cuja função social estava limitada ao trabalho servil e à obediência” (HOLANDA, 1994, p. 67). Essa perspectiva mostra que o ensino, desde seu início, foi um instrumento de segregação e controle, deixando a ampla maioria da população sem acesso à formação educacional.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808 e a posterior independência do Brasil em 1822, surgiram iniciativas para organizar a educação no país. No entanto, essas ações eram limitadas e fragmentadas, refletindo as desigualdades da sociedade. A Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, foi um marco, mas sua implementação foi precária. Como destaca Schwartzman (2004):

Embora a lei de 1827 tenha representado um avanço ao instituir a obrigatoriedade da educação primária, sua aplicação foi praticamente inexistente. A ausência de infraestrutura, professores capacitados e recursos financeiros tornou o ideal de universalização da educação algo distante da realidade brasileira (SCHWARTZMAN, 2004, p. 89).

Durante o século XIX, a educação permaneceu limitada, com baixos índices de alfabetização e grandes desigualdades regionais. Foi apenas na Era Vargas (1930-1945) que houve avanços significativos na organização da educação pública, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a ampliação do acesso

à educação básica. A Constituição de 1934 introduziu o conceito de educação como direito de todos, mas sua efetivação ainda enfrentava desafios estruturais.

O período da ditadura militar (1964-1985) trouxe mudanças significativas para o sistema educacional, com a expansão das redes públicas, especialmente no ensino técnico e superior. No entanto, a prioridade foi dada à formação voltada para o mercado de trabalho, em detrimento de uma educação crítica e emancipadora. Como observa Freire (1987), “a educação durante o regime militar era instrumental, destinada a criar sujeitos que se adaptassem ao sistema e reproduzissem suas desigualdades. Não havia espaço para a reflexão crítica ou para a emancipação social” (FREIRE, 1987, p. 35).

A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 marcaram um novo período, consolidando a educação como um direito social. O Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foram criados para orientar o sistema educacional, com metas voltadas para a universalização do ensino básico e a redução das desigualdades. Apesar desses avanços, desafios como a desigualdade regional, a precariedade das escolas públicas e a exclusão social persistem.

Portanto, o histórico da educação pública no Brasil revela um sistema marcado por desigualdades e exclusões desde suas origens. A trajetória do país demonstra que, embora avanços tenham sido conquistados, ainda há um longo caminho a percorrer para que a educação pública seja efetivamente universal, equitativa e de qualidade.

2.2 DESIGUALDADE SOCIAL E ACESSO À EDUCAÇÃO

A desigualdade social no Brasil tem impacto direto no acesso e na qualidade da educação pública, perpetuando ciclos de exclusão e limitando as oportunidades de mobilidade social. O sistema educacional reflete e reforça as divisões estruturais da sociedade, onde populações economicamente vulneráveis enfrentam barreiras que comprometem seu direito à educação de qualidade. Essa dinâmica evidencia como a exclusão econômica, a segregação espacial e as limitações estruturais contribuem para a perpetuação das desigualdades educacionais.

A exclusão econômica é um dos principais fatores que limitam o acesso à educação. Famílias de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades para garantir a frequência regular de crianças e jovens à escola, devido a necessidades como trabalho precoce, falta de transporte ou infraestrutura inadequada. Segundo Soares (2012):

A pobreza não afeta apenas a capacidade de frequentar a escola, mas também a qualidade da experiência educacional. Escolas em áreas de baixa renda enfrentam condições adversas, como falta de recursos, infraestrutura precária e professores com menor qualificação, criando um ambiente que limita o aprendizado e perpetua as desigualdades sociais (SOARES, 2012, p. 45).

Essa análise destaca como a pobreza estrutura as desigualdades educacionais, impactando tanto o acesso quanto o desempenho dos estudantes. Outro fator relevante é a segregação espacial, que reforça a desigualdade educacional. Em muitas cidades brasileiras, comunidades de baixa renda estão concentradas em periferias urbanas, onde as escolas públicas frequentemente carecem de recursos básicos e enfrentam problemas como superlotação e violência. Caldeira (2000) aponta que

A segregação espacial nas cidades brasileiras reflete e amplia as desigualdades sociais, criando territórios onde o Estado está ausente ou oferece serviços públicos de baixa qualidade. No campo da educação, essa segregação cria barreiras físicas e simbólicas para os moradores das periferias, que têm acesso limitado a escolas de qualidade e oportunidades educacionais equivalentes às das elites (CALDEIRA, 2000, p. 112).

3

Essa segregação contribui para o aprofundamento das desigualdades, pois os estudantes dessas áreas têm menos acesso a recursos pedagógicos e a atividades extracurriculares que favorecem o aprendizado. As barreiras estruturais do sistema educacional também desempenham um papel significativo na exclusão das populações vulneráveis. Essas barreiras incluem a falta de políticas públicas consistentes, a descontinuidade de programas educacionais e a ausência de ações afirmativas que compensem as desigualdades históricas. Conforme Freire (1987):

O sistema educacional brasileiro tem historicamente sido estruturado para reproduzir as desigualdades sociais, em vez de combatê-las. A falta de uma abordagem crítica e inclusiva na formulação de políticas públicas limita a capacidade da educação de funcionar como um instrumento de transformação social (FREIRE, 1987, p. 67).

Essa perspectiva enfatiza a necessidade de mudanças estruturais que promovam a equidade educacional, garantindo que o acesso e a qualidade da educação não sejam determinados pela posição socioeconômica. Portanto, a desigualdade social no Brasil influencia profundamente o acesso e a qualidade da educação pública, criando barreiras que perpetuam a exclusão e limitam as possibilidades de ascensão social. Enfrentar essas desigualdades exige políticas públicas abrangentes que promovam a equidade e invistam em infraestrutura, qualificação docente e suporte às comunidades vulneráveis. Apenas com um sistema educacional mais inclusivo e igualitário será possível romper com os ciclos de pobreza e exclusão que ainda caracterizam a sociedade brasileira.

2.3 RACISMO ESTRUTURAL E EDUCAÇÃO

O racismo estrutural é um fenômeno que atravessa todas as esferas da sociedade brasileira, incluindo o sistema educacional, onde se manifesta em disparidades raciais no acesso à educação de qualidade, na representação cultural nos currículos escolares e na perpetuação de estereótipos raciais. Essas dinâmicas não apenas refletem, mas também reforçam as desigualdades históricas e sociais enfrentadas pela população negra no Brasil, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que promovam a equidade racial e a valorização da diversidade cultural.

As disparidades raciais no acesso à educação de qualidade são uma das expressões mais evidentes do racismo estrutural. Estudos apontam que crianças e jovens negros têm maior probabilidade de frequentar escolas públicas com infraestrutura precária e menor disponibilidade de recursos pedagógicos. Segundo Nascimento (1989):

A exclusão educacional da população negra é um dos mecanismos mais eficazes de perpetuação do racismo estrutural no Brasil. Ao negar às crianças negras o acesso a uma educação de qualidade, o sistema educacional contribui para a reprodução das desigualdades sociais e para a manutenção de uma hierarquia racial profundamente enraizada (NASCIMENTO, 1989, p. 54).

Essa análise destaca como o sistema educacional reflete as desigualdades sociais mais amplas, restringindo as oportunidades de ascensão social para a população negra. Além disso, a representação cultural nos currículos escolares também é um aspecto central do racismo estrutural na educação. Durante muito tempo, os currículos escolares brasileiros negligenciaram a história e a cultura afro-brasileira, promovendo uma visão eurocêntrica que invisibiliza a contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira. Como observa Gomes (2017):

A ausência de conteúdos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira nos currículos escolares contribui para a marginalização simbólica da população negra. Essa lacuna não apenas limita o acesso ao conhecimento sobre a diversidade cultural do Brasil, mas também reforça estereótipos que desumanizam e desvalorizam os estudantes negros (GOMES, 2017, p. 29).

A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, representou um avanço significativo, mas sua implementação ainda enfrenta desafios, como a falta de formação docente e de materiais pedagógicos adequados. Outro aspecto do racismo estrutural na educação é a perpetuação de estereótipos raciais nas interações escolares. Estudos mostram que estudantes negros enfrentam maior risco de serem vítimas de discriminação e expectativas negativas por parte de professores e colegas, o que afeta seu desempenho e autoestima. Conforme Silva (2015):

A escola, muitas vezes, reproduz as hierarquias raciais da sociedade, tratando estudantes negros como inferiores ou menos capazes. Essas práticas discriminatórias criam barreiras psicológicas e sociais que limitam o desenvolvimento pleno desses alunos, perpetuando ciclos de exclusão (SILVA, 2015, p. 83).

Portanto, o racismo estrutural exerce uma influência profunda sobre o sistema educacional brasileiro, desde o acesso desigual à educação de qualidade até a marginalização cultural e a perpetuação de estereótipos. Enfrentar esse problema requer um compromisso efetivo com a implementação de políticas antirracistas, que incluam a valorização da diversidade nos currículos, a formação docente contínua e o combate às práticas discriminatórias nas escolas. Apenas por meio dessas ações será possível construir um sistema educacional que promova a equidade racial e a inclusão, contribuindo para uma sociedade mais justa.

2.4 POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

As políticas alternativas para a educação pública têm ganhado destaque como ferramentas para enfrentar as desigualdades estruturais e promover uma educação inclusiva e de qualidade. Essas iniciativas são caracterizadas por estratégias que reconhecem as especificidades das populações vulneráveis, priorizam a equidade e buscam superar as limitações das práticas educacionais tradicionais. Experiências nacionais e internacionais oferecem lições valiosas sobre como implementar essas políticas de forma eficaz, contribuindo para a transformação do sistema educacional.

No Brasil, programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o sistema de cotas raciais e sociais em universidades públicas são exemplos de políticas que visam ampliar o acesso ao ensino superior para grupos historicamente excluídos. Segundo Santos (2010):

As políticas afirmativas no Brasil representam um avanço significativo na democratização do acesso à educação superior. Ao reconhecer as desigualdades históricas enfrentadas por populações negras e de baixa renda, essas políticas criam oportunidades concretas de inclusão, ao mesmo tempo que promovem uma reflexão crítica sobre a estrutura social e educacional do país (SANTOS, 2010, p. 112).

Essa análise destaca que as políticas afirmativas têm impacto positivo não apenas na inclusão educacional, mas também na construção de uma sociedade mais igualitária. No âmbito da educação básica, iniciativas como o Programa Bolsa Família, ao vincular transferências de renda à frequência escolar, têm contribuído para reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. No entanto, sua eficácia depende de uma implementação integrada que considere aspectos como infraestrutura escolar e capacitação docente. De acordo com Oliveira (2015):

A articulação entre políticas sociais e educacionais é essencial para romper com os ciclos de pobreza e exclusão. O Bolsa Família, ao incentivar a permanência escolar, é uma política transformadora, mas seu potencial é limitado sem investimentos paralelos em qualidade de ensino e suporte pedagógico (OLIVEIRA, 2015, p. 87).

Internacionalmente, programas como o *No Child Left Behind* nos Estados Unidos e o *Every Student Succeeds Act* destacam a importância de políticas que priorizem a equidade educacional, embora enfrentem desafios na implementação. Em países nórdicos, a adoção de modelos de ensino inclusivo, com foco em habilidades socioemocionais e trabalho colaborativo, oferece exemplos de práticas que promovem a inclusão e o aprendizado significativo. Como observa Schleicher (2018), “os sistemas educacionais de alto desempenho são aqueles que combinam equidade e qualidade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de sua origem socioeconômica” (SCHLEICHER, 2018, p. 45).

Assim, as políticas alternativas para a educação pública representam caminhos viáveis para enfrentar os desafios do sistema educacional brasileiro. Ao priorizarem a inclusão, a equidade e a qualidade, essas iniciativas têm potencial para transformar a realidade de milhões de estudantes, rompendo com os ciclos de exclusão e promovendo a justiça social. Contudo, sua implementação exige compromisso político, investimentos consistentes e a integração de diferentes estratégias que considerem as especificidades locais.

3 MATERIAL E MÉTODO

Este trabalho tem como objetivo investigar as questões sociológicas que influenciam a educação pública no Brasil e explorar políticas alternativas voltadas para inclusão e equidade. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, que permite interpretar e correlacionar os

aspectos históricos, estruturais e culturais que moldam o sistema educacional brasileiro.

Os materiais utilizados incluem obras de referência de autores como Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Boaventura de Sousa Santos, que oferecem perspectivas críticas sobre desigualdades educacionais e estratégias de transformação. Também foram analisadas legislações, como a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, e relatórios institucionais, como os do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que fornecem dados sobre disparidades educacionais. Além disso, experiências internacionais, como os modelos educacionais da Finlândia e de outros países nórdicos, foram incluídas para ampliar a compreensão das políticas alternativas.

O método consistiu na identificação e análise de fontes teóricas e empíricas relevantes, priorizando textos que abordassem o histórico da educação pública, desigualdade social, racismo estrutural e políticas educacionais. A análise qualitativa foi utilizada para interpretar os dados, identificando padrões e relações entre os fatores que influenciam o sistema educacional e as possibilidades de superação das desigualdades.

A pesquisa foi estruturada em quatro eixos principais: histórico da educação pública no Brasil; impacto da desigualdade social no acesso à educação; influência do racismo estrutural; e políticas alternativas para promover inclusão e qualidade. Cada eixo foi explorado com base nas fontes selecionadas, buscando uma visão ampla e integradora sobre os desafios e as oportunidades para a transformação do sistema educacional.

Essa abordagem metodológica permitiu não apenas compreender as limitações do sistema educacional brasileiro, mas também propor caminhos para sua reformulação. Ao combinar uma análise crítica com a identificação de práticas bem-sucedidas, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e político, promovendo reflexões e soluções voltadas para a construção de uma educação pública mais inclusiva e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou as questões sociológicas que influenciam a educação pública no Brasil, com foco nas desigualdades estruturais, no impacto do racismo e nas possibilidades de transformação por meio de políticas alternativas. A partir de uma revisão bibliográfica, foi possível compreender que o sistema educacional brasileiro reflete e reforça as desigualdades sociais históricas, o que compromete a universalização de uma educação de qualidade e equitativa.

Os resultados destacaram que a exclusão econômica e a segregação espacial limitam o acesso à educação pública de qualidade para as populações mais vulneráveis. Além disso, o racismo estrutural permeia o sistema educacional, manifestando-se em disparidades raciais no acesso, na ausência de representatividade cultural nos currículos escolares e na reprodução de estereótipos. Esses fatores não apenas prejudicam o desempenho acadêmico dos estudantes negros, mas também perpetuam as hierarquias sociais que os colocam em posições desvantajosas.

Por outro lado, o estudo identificou políticas alternativas como caminhos viáveis para superar essas limitações. Iniciativas como as cotas raciais, o ProUni, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e programas de transferência de renda vinculados à frequência escolar mostraram impactos positivos na inclusão educacional. Experiências internacionais, como os modelos nórdicos, reforçam a importância de investir na equidade como base para a qualidade educacional.

Conclui-se que a transformação do sistema educacional brasileiro exige um compromisso político com a inclusão e a justiça social. Isso envolve o fortalecimento de políticas públicas que reconheçam e combatam as desigualdades estruturais, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor, representativo e igualitário. Além disso, é necessário um investimento contínuo na formação docente, na infraestrutura e na integração de práticas inovadoras que atendam às especificidades locais.

Este estudo contribui para o debate acadêmico e político ao destacar a interseção entre desigualdade social, racismo estrutural e educação pública. No entanto, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise de casos bem-sucedidos e explorem estratégias para ampliar e adaptar políticas alternativas às realidades regionais. Somente por meio de uma abordagem abrangente e transformadora será possível garantir que a educação pública no Brasil se torne um instrumento efetivo de inclusão e equidade.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas Educacionais e a Redução da Desigualdade Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Dificil Democracia: Reinvenção das Potencialidades Democráticas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCHLEICHER, Andreas. **World Class: How to Build a 21st-Century School System**. Paris: OECD Publishing, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. **Educação e Desigualdade no Brasil: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.